

Palocci: 'Crescimento é parte de agenda ampla'

Objetivo é elaborar uma série de medidas que permitam ao país atingir maiores níveis de expansão econômica

Valor Econômico/19-05-2004

Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. Antes de embarcar para a China, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse ontem que o governo está criando uma agenda de desenvolvimento que permita que o Brasil atinja níveis maiores de crescimento econômico. Ao comentar a entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao GLOBO, na qual ele disse acreditar que o Brasil podia discutir a adoção de metas de crescimento para serem perseguidas com a meta de inflação, Palocci afirmou que será um erro reduzir o debate sobre crescimento econômico à questão da política de juros.

Palocci classificou como secundária a questão da redução ou não da taxa básica de juros (taxa Selic) — hoje em 16% —, ressaltando que o fundamental é adotar uma agenda de crescimento que leve a uma expansão da economia:

— Se não fizermos a agenda e apenas esperarmos a redução da taxa de juros, não teremos altas taxas de crescimento.

Palocci diz que não se pode cometer o mesmo erro

Num recado aos críticos da política de juros, Palocci ressaltou que o governo reduziu as taxas de 26,5% para 16% e que o país já está retomando a atividade econômica, registrando o quarto trimestre consecutivo de crescimento.

— O que não podemos é cometer o erro de fazer o mesmo debate do ano passado. Agora, já estamos no quarto trimestre de crescimento seguido. Não podemos acreditar que apenas as medidas mensais da taxa Selic e do Banco Central é que vão dizer o quanto o Brasil vai crescer. Essa é uma verdade importante, porque o Brasil às vezes discute crescimento apenas em função da taxa Selic. É um equívoco profundo. A consolidação do crescimento não vem da taxa Selic. É uma agenda suplementar para que possamos capacitar o crescimento. Não basta a taxa de juros — disse o ministro da Fazenda.

Palocci disse que a agenda do crescimento será discutida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em junho. Segundo ele, Lula determinou que sejam adotadas medidas como aumento de crédito para diferentes setores da eco-



O MINISTRO ANTONIO Palocci: "Se não fizermos a agenda, não teremos altas taxas de crescimento"

nomia, investimento em obras de infra-estrutura e parcerias público-privadas.

Agenda leva em conta Lei de Diretrizes Orçamentárias

O ministro disse que a agenda do crescimento leva em conta as metas fixadas para a inflação — de 4,5% para 2005 — e a expectativa de crescimento prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — de 4% do PIB em 2005:

— O que o presidente tem pedido é um mecanismo muito claro e muito bom. O CMN estabelece a agenda, uma série de pressupostos e expectativas em direção a níveis de crescimentos progressivos ao longo dos anos, e estabelece também uma meta de inflação compatível com isso. Cabe ao Banco Central trabalhar com a meta de inflação e o país como um todo com a agenda de crescimento. O que o Brasil tem que fazer é aumentar o seu PIB potencial: garantir investimen-

tos, organizar o setor de crédito, para que o Brasil tenha potencial de crescimento maior do que temos hoje.

Palocci disse que o presidente também determinou que o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, ajude a formular a agenda de crescimento. Lula, segundo Palocci, quer ainda um controle maior da aplicação e dos resultados das medidas incluídas na agenda.

— O que o presidente tem insistido é para termos um esforço suplementar e ele está muito correto nisso. É que o país pode, ao estabelecer uma agenda mais detalhada de medidas, conseguir crescimento maior do PIB. Você na verdade estabelece uma expectativa de crescimento e você desenvolve uma agenda em direção a ela. A questão do crescimento faz parte de uma agenda mais ampla — disse Palocci.

O ministro ressaltou que o objetivo é criar condições para que o país cresça mais:

— Você estabelece uma agenda pressupondo que o seu cumprimento aumente o PIB potencial do Brasil e permite atingir valores mais altos em 2005 do que em 2004 e mais altos em 2006 do que em 2005.

Ministro diz que meta de inflação não está em debate

Perguntado se o Conselho Monetário Nacional poderia rediscutir a meta de inflação de 4,5% fixada para 2005, Palocci respondeu que "isso não está em debate", mas acrescentou que seria possível.

— O Conselho Monetário Nacional discute em junho a meta de inflação de 2006 e indica a de 2007. A meta de 2005 já está estabelecida, que é de 4,5%. Isso não está na pauta nesse momento. Mas nada impede que o CMN mude. No ano passado, fizemos isso, quando houve o choque de volatilidade. É aí que se estabelece relação entre crescimento e taxa de inflação — explicou o ministro da Fazenda. ■